

## Sobre «O discurso do eleitorado»

Para outros fins do conhecimento (por exemplo, jurídicos) ou para finalidades práticas, pode ser conveniente e até simplesmente inevitável tratar determinadas colectividades sociais (estado, cooperativas, sociedades anónimas, fundações) como se fossem *indivíduos* [...] Para a interpretação compreensiva da sociologia, pelo contrário, essas formações não são outra coisa mais do que desenvolvimentos e entrelaçamentos de acções específicas de pessoas individuais, já que só estas podem ser sujeitos de acção orientada pelo seu sentido.

MAX WEBER, *Economia e Sociedade: Esboço de Sociologia Compreensiva*, 1992 (p. 10 da ed. mexicana)

Começo por agradecer a Joaquim Aguiar a recensão crítica, publicada neste número da *Análise Social*, de várias obras sobre comportamento eleitoral e atitudes políticas, incluindo uma de que sou co-autor e outra de que sou co-organizador.

A extensão e riqueza substantiva do texto não permitem que aborde com detalhe todos os pontos que, idealmente, mereceriam atenção. Assim, antes de me concentrar no aspecto que me parece essencial, começo por assinalar que encaro muitos dos comentários e críticas feitos pelo autor como apontando direcções desejáveis de investigação futura. Temas como os efeitos da abstenção na determinação da vitória e derrota em cada eleição<sup>1</sup>, a distinção

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Tema que, por exemplo, já foi objecto de investigação do próprio Joaquim Aguiar: «Eleições, configurações e clivagens: os resultados eleitorais de 1995», in *Análise Social*, vol. xxxv (154-155), 2000, pp. 55-84, e *Fim das Ilusões. Ilusões do Fim. 1985-2005*, Lisboa, Aletheia, 2005, especialmente pp. 320-335.

empiricamente fundamentada entre diferentes tipos e perfis sociais ou atitudinais de abstencionistas, a relação entre as atitudes de desafeição em relação ao sistema político e as opções eleitorais propriamente ditas, a detecção empírica de novas clivagens sociais e o seu real ou potencial grau de politização, ou a forma como as expectativas dos indivíduos acerca dos resultados eleitorais (em particular sobre quem irá ser o «vencedor») condicionam as suas escolhas, são, todos eles, merecedores de atenção renovada ou, pelo menos, de maior desenvolvimento e exploração em estudos futuros.

Aproveitaria também para tentar esclarecer o que me parece ser um equívoco de que, provavelmente e em parte, não estamos isentos de responsabilidades. Na verdade, ao contrário do que o autor sugere, as eleições de 2002 não foram escolhidas por assinalarem «o fim de um ciclo de governos monopartidários que durara quinze anos, assim como o regresso dos governos de coligação em Portugal» (*Portugal a Votos*, p. 25). Esta afirmação, contida na introdução do volume, tencionava ter um carácter meramente descritivo. As eleições de 2002 foram escolhidas com um propósito relativamente modesto: fornecer e analisar um conjunto de dados individuais adicionais àqueles que tinham sido obtidos em estudos anteriores sobre as eleições em Portugal, de modo a apreciar-se até que ponto se tinham mantido ou modificado pautas de comportamento e atitudes já detectadas e aproveitando, pelo caminho, para testar novas hipóteses e aplicar novas metodologias. Assim, abordam-se no livro temas como o peso dos factores ditos de «curto» e «longo» prazo na explicação dos comportamentos de voto; o (baixo) peso das clivagens sociais tradicionais na estruturação do sistema partidário; a relação (que se mostra ser ténue) entre a forma como os eleitores posicionam os partidos e a si próprios no referencial esquerda-direita e as atitudes que realmente partilham em relação aos conflitos distributivos e culturais na sociedade; ou as diferentes dimensões e consequências do «mal-estar» que parece caracterizar a cultura política portuguesa. Assim, procurou-se retomar uma linha de investigação do fenómeno eleitoral já encetada por outros no passado, aproximar o estudo do caso português do *mainstream* da investigação internacional sobre este tema e, ao fazê-lo, situar o que sabemos sobre os comportamentos e as atitudes políticas em Portugal no tempo (em comparação com outras investigações sobre eleições e momentos anteriores) e no espaço (em comparação com os resultados de investigações semelhantes feitas por países da nossa área geocultural). E, com tudo isto, proporcionar bases mais sólidas para um caminho que nos permitisse, no futuro, responder a mais e novas questões, entre as quais aquelas que Joaquim Aguiar nos sugere e que mencionei no início deste texto. Certo é, contudo, que qualquer indicação contida na introdução de que o objectivo do livro era explicar o resultado de uma eleição concreta ou «prever o futuro» não deve ser interpretada como tal.

Contudo, o que verdadeiramente me separa de Joaquim Aguiar é o conjunto de pressupostos teóricos e metodológicos acerca do que é e para que serve o estudo dos comportamentos eleitorais e das atitudes políticas. Segundo o autor, o estudioso das eleições tem de fazer uma escolha: «ou se considera o eleitorado agregado [...] ou se considera o eleitorado na sua singularidade e com as suas motivações individualizadas» (p. 302). Se seguir o segundo caminho, o investigador lidará com «indicações individualizadas obtidas através de inquéritos» (p. 301), que lhe permitirão «análises de detalhe» e «dar peso» a hipóteses interpretativas gerais (p. 301). Contudo, segundo o autor, esta metodologia, para além de recolher dos indivíduos «racionalizações que reflectem construções imaginárias dos inquiridos», decididamente não serve — «mesmo que não houvesse nenhuma distorção na reconstrução imaginária das motivações individuais que aparece nas respostas em inquéritos» — para esclarecer «aquilo que é mais importante no processo eleitoral, a formação dos grandes agregados» (pp. 301-302). Para esse efeito, o investigador deverá privilegiar o uso de «valores agregados (os números eleitorais)» (p. 301). E, apesar de apontar que cada uma das abordagens tem vantagens e inconvenientes, Joaquim Aguiar acaba por defender que «a prioridade deverá ser dada à análise dos resultados agregados» (p. 302). Só ela, segundo o autor, permite descobrir o «discurso do eleitorado», uma «entidade que não tem consciência própria mas que reflecte, em cada oportunidade de expressão, sobre o que foi a sua experiência anterior e sobre o que são as suas expectativas para o futuro» (p. 308). Um «discurso» que, no caso português, «tem como mensagem o desejo da continuidade da ilusão» (p. 309).

Esta distinção entre a análise de dados individuais e a análise de dados agregados, exigindo uma opção inicial disjuntiva após a qual passa a haver questões às quais já não se pode responder ou fenómenos que deixam de poder ser explicados, parece-me improdutiva e, num sentido mais profundo, errónea.

Em primeiro lugar, é precisamente porque se conhece os riscos associados quer à «falácia ecológica», quer à «falácia individualista», ou «atomística», que nada impede, pelo contrário, que a utilização de dados a nível agregado e a nível individual possa ser combinada para testar hipóteses derivadas de uma mesma teoria e melhorar a qualidade das inferências sobre uma mesma classe de fenómenos. Uma maneira de o fazer é dividindo esse esforço entre diversos investigadores e estudos. É o que sucede, por exemplo, nos estudos contidos no volume *Portugal a Votos*, da autoria de Linda Veiga e Francisco Veiga, por um lado, e André Freire, por outro: uns, com dados agregados longitudinais, e outro, com dados individuais de um único inquérito, testam e confirmam o efeito dos factores económicos na decisão de voto. Outra abordagem possível é a adoptada no estudo de Richard Gunther no mesmo volume, que, para testar a hipótese de que a volatilidade

nas opções de voto dos eleitores é afectada pelo seu grau de enraizamento social, combina num único estudo dados de inquéritos e indicadores sistémicos de volatilidade eleitoral a nível comparado. E, finalmente, graças à divulgação de *software* estatístico de fácil utilização, são cada vez mais frequentes as chamadas análises multinível, que permitem, por exemplo, examinar simultaneamente até que ponto comportamentos individuais são afectados quer por características individuais, quer por factores contextuais e sistémicos<sup>2</sup>. São investigações desta natureza que permitiram determinar, por exemplo, que o fenómeno da abstenção nas democracias ocidentais é muito mais afectado por factores de natureza institucional do que pelas características sócio-demográficas dos indivíduos<sup>3</sup>. Ou que a votação nos partidos de extrema-direita na Alemanha decorre de uma interacção entre a percentagem de imigrantes residentes nos distritos em que os eleitores vivem (dado agregado) e o baixo nível de instrução dos eleitores (dado individual), ou seja, que a presença de imigrantes no contexto social de cada eleitor só aumenta a probabilidade de votar na extrema-direita para aqueles cujas características os tornam vulneráveis à competição por empregos e contribuições sociais<sup>4</sup>. Ou ainda que a confiança que os cidadãos depositam nos seus parlamentos parece ser afectada quer pela identificação dos eleitores com o partido de governo (variável individual), quer por características das instituições que regulam a conversão de votos em mandatos e a participação das oposições no processo de tomada de decisões políticas (variáveis sistémicas)<sup>5</sup>. São apenas alguns exemplos de como a opção pela utilização de dados agregados ou dados individuais não obriga a que se responda a questões diferentes nem é, noutros casos, uma opção que tenha de (ou deva sequer) ser tomada.

Em segundo lugar, a minha discordância central com a argumentação de Joaquim Aguiar dirige-se também à noção de que, nos estudos eleitorais, a análise de dados agregados deve ser «prioritária», de que a análise de dados individuais «não serve» para esclarecer «a formação de grandes agregados» ou de que lhes cabe apenas «dar peso» a hipóteses interpretativas gerais.

---

<sup>2</sup> Hubert M. Blalock, «Contextual-effects models: theoretical and methodological issues», in *Annual Review of Sociology*, 10, 1984, pp. 353-372; Thomas A. DiPrete e Jerry D. Forristal, «Multilevel models: methods and substance», in *Annual Review of Sociology*, 20 (1994), pp. 331-357; Harvey Goldstein, *Multilevel Statistical Models*, Londres, Arnold, 1995.

<sup>3</sup> Mark N. Franklin, «The dynamics of electoral participation», in Lawrence LeDuc *et al.* (orgs.), *Comparing Democracies*, 2, *New Challenges in the Study of Elections and Voting*, Londres, Sage, 2002, pp. 148-168.

<sup>4</sup> Hemann Dülmer e Markus Klein, «Extreme right-wing voting in Germany in a multilevel perspective: a rejoinder to Lubbers and Scheepers», in *European Journal of Political Research*, 44 (2), 2005, pp. 243-263.

<sup>5</sup> Pedro C. Magalhães, «Confidence in parliaments: performance, representation and accountability», in Mariano Torcal e José Ramón Montero (orgs.), *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions and Politics*, Londres, Routledge, 2006, pp. 190-214.

Aproximamo-nos aqui do plano dos «primeiros princípios» acerca do que significa fazer investigação em ciências sociais, pelo que não espero que a argumentação racional resolva todas as divergências. Mas coloquemos as coisas nestes termos: todas as teorias interessantes e com poder explicativo sobre comportamentos eleitorais que conheço fundamentam-se em pressuposições sobre as acções individuais e integram mecanismos causais que envolvem agentes sociais concretos.

Tomemos alguns exemplos mais difíceis, ou seja, precisamente aquelas teorias que, na sua formulação original, relacionam causas mensuráveis apenas a nível agregado ou sistémico com consequências também elas mensuráveis apenas a nível agregado ou sistémico. A verdade é que a famosa «lei de Duverger», por exemplo, que postula que os sistemas eleitorais maioritários favorecem o bipartidarismo, inclui como mecanismo causal determinante um «factor psicológico» através do qual votantes e elites (actores individuais concretos) assumem comportamentos estratégicos. Aliás, o que tornou a teoria de Duverger particularmente interessante para alguém como William Riker, o pai da aplicação das teorias da escolha racional aos fenómenos políticos, foi precisamente o facto de «explicar a estrutura das instituições como logicamente derivada da escolha racional de indivíduos»<sup>6</sup>, e a bibliografia está repleta de exemplos de estudos utilizando dados a nível individual sobre o voto estratégico que serviram para refinar e estabelecer as condições de aplicabilidade da lei de Duverger.

Da mesma forma, a teoria das eleições de «segunda ordem», que relaciona o grau de importância das eleições com a existência de uma punição dos grandes partidos (especialmente partidos de governo) e um crescimento dos pequenos partidos, inclui como mecanismo causal determinante o facto de essas eleições serem usadas por eleitores habituais do partido de governo como mecanismo de punição dos governos e permitirem que eleitores que votaram estrategicamente nos partidos de governo retornem nessas eleições a um voto «sincero». Essas pressuposições já foram testadas, refinadas e parcialmente contestadas com estudos utilizando dados a nível individual<sup>7</sup>.

E, para um caso mais extremo, veja-se como a teoria do chamado «surge and decline», avançada por Angus Campbell em 1960 para dar conta das perdas sofridas pelo partido do Presidente dos Estados Unidos em eleições intercalares — e que pressupõe que em eleições de «menor intensidade» se dá uma desmobilização dos votantes «periféricos» (não habituais) que em eleições presidenciais teriam apoiado o partido presidencial —, acabou por encontrar enormes dificuldades em ver validados os seus pressupostos em

---

<sup>6</sup> William H. Riker, «The number of political parties: a reexamination of Duverger's law», in *Comparative Politics*, 9 (1), 1976, p. 93.

<sup>7</sup> Cliff Carrubba e Richard J. Timpone, «Explaining vote switching across first-and second-order elections», in *Comparative Political Studies*, 38 (3), 2005, pp. 260-281.

termos de comportamentos individuais, competindo hoje com outras teorias que ligam essas perdas a factores económicos (as eleições intercalares como «referendos»), à motivação de eleitores moderados para promoverem o equilíbrio entre a presidência e o congresso («equilíbrio») ou à tendência dos eleitores para darem mais importância aos aspectos negativos do desempenho do executivo («voto negativo»). Todas estas teorias são genericamente congruentes com os dados encontrados a nível agregado, mas nem todas são igualmente congruentes com os dados individuais, que serviram assim para, em grande medida, infirmar uma teoria originalmente formulada apenas com base nos primeiros.

O que quero dizer com tudo isto é que, no seguimento de uma tradição metodológica inaugurada por Max Weber e defendida ao longo do século XX contra o funcionalismo e o marxismo (se bem que não necessariamente contra Marx) por autores como Karl Popper, Mancur Olson ou Jon Elster, tenho enorme dificuldade em conceber uma ciência social que produza teorias sem «microfundações», teorias que dispensam a noção, para mim «trivialmente verdadeira», de que «a unidade elementar da vida social é a acção humana individual» e que «explicar as instituições sociais e a mudança social é mostrar como elas surgem como resultado da acção e interacção individuais»<sup>8</sup>. Joaquim Aguiar não tem de aderir a este tipo de individualismo metodológico. Mas terá então de explicar como pretende avançar uma teoria do comportamento eleitoral que, baseada exclusivamente em dados agregados, recusando a utilização de técnicas que permitem inferências descritivas na base dos relatos comportamentais e motivacionais dos indivíduos, mas desejando permanecer, espera-se, empiricamente testável e falsificável, visa atribuir a uma «entidade» colectiva (o eleitorado) um «discurso», uma «intenção» («muda aparentemente para penalizar os que estavam a governar mas, de facto, para tirar o poder aos que estão na vizinhança de reconhecer que não conseguem governar» — p. 309) ou um «desejo» (o da «continuidade da ilusão»). Dir-se-ia que estamos perante «a purpose without a *purposive actor*, or, in grammatical terms, a predicate without a subject»<sup>9</sup>. Desta maneira, o «discurso do eleitorado» pode acabar por não passar do «discurso de Joaquim Aguiar sobre o eleitorado». Discurso, para o meu gosto, intrigante e sedutor. Mas isso não basta.

---

<sup>8</sup> Jon Elster, *Nuts and Bolts for the Social Sciences*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p.13.

<sup>9</sup> Jon Elster, «Marxism, functionalism, and game theory: the case for methodological individualism», in *Theory and Society*, 11 (4), 1982, p. 452.